

# Ministério Público

## Rio Grande do Sul

### Concurso 42

## Prova Preambular (1º Fase)

### PORTUGUÊS

1) Assinale a alternativa que contém uma palavra acentuada **incorretamente**:

- |     |              |            |         |
|-----|--------------|------------|---------|
| (a) | trá-lo-ás    | beribéri   | hífen   |
| (b) | movê-las-ía  | via-láctea | acórdão |
| (c) | sabê-lo-emos | dândi      | júri    |
| (d) | compô-la     | aljôfar    | córtex  |
| (e) | glúten       | hambúguer  | relêem  |

2) Assinale a alternativa que contém uma palavra grafada **incorretamente**:

- |     |           |            |               |
|-----|-----------|------------|---------------|
| (a) | míngua    | xícara     | seríssimo     |
| (b) | dissensão | enxágüe    | inverossímil  |
| (c) | argüir    | companhia  | endemoninhado |
| (d) | desaviso  | improvisar | lambuzar      |
| (e) | desairoso | miuçalha   | jibóia        |

3) Assinale a opção que completa **corretamente** as lacunas da seguinte frase:

Entre eles e.....existe um compromisso que só..... se..... ao sacrifício.

- |     |     |              |                  |
|-----|-----|--------------|------------------|
| (a) | eu  | se cumprirá  | dispusermo-nos   |
| (b) | mim | cumprir-se-á | nos dispuser-mos |
| (c) | eu  | cumprir-se-á | dispusermo-nos   |
| (d) | mim | se cumprirá  | nos dispusermos  |
| (e) | eu  | se cumprirá  | dispuser-mo-nos  |

4) Assinale a opção que completa **corretamente** as lacunas da seguinte frase:

"Nada como eu ,mas sequer atenção".

- |     |           |             |        |
|-----|-----------|-------------|--------|
| (a) | se passou | dissera-lhe | deu-me |
| (b) | passou-se | lhe dissera | deu-me |
| (c) | se passou | dissera-lhe | me deu |
| (d) | passou-se | lhe dissera | me deu |
| (e) | se passou | lhe dissera | me deu |

5) Assinale a alternativa que contém concordância verbal **incorreta**:

- (a) Mais de um Tribunal já decidiu semelhante questão.
- (b) Não se trata de crimes inafiançáveis.
- (c) As estrelas parecia sorrirem.
- (d) Mais de um Juiz se revezavam nas audiências.
- (e) Vão haver dois julgamentos na próxima semana.

6) Assinale a alternativa em que a oração se classifica como “oração sem sujeito”.

- (a) Choveram rosas naquela manhã de maio.
- (b) Muitos analfabetos havia na lista de eleitores.
- (c) Naquele momento aconteceu o inesperado.
- (d) Chegaram as encomendas do Rio de Janeiro.
- (e) Apesar da crise, nem tudo está perdido.

7) No período "O professor está satisfeito com a aprendizagem de seus alunos", a expressão grifada funciona sintaticamente como:

- (a) objeto indireto
- (b) objeto direto preposicionado
- (c) complemento nominal
- (d) agente da passiva
- (e) adjunto adnominal

8) Aponte a alternativa que tem a seguinte estrutura: **sujeito + verbo + objeto direto**.

- (a) Nada o impediu de vencer na vida.
- (b) O egoísmo é a maior maldição da raça humana.
- (c) O corre-corre da vida moderna adoce o homem.
- (d) O homem deveria pensar melhor em seus atos.
- (e) Um dia tu reconhecerás o teu lugar.

9) Em “Morreu de fome”, a expressão sublinhada classifica-se como:

- (a) adjunto adnominal
- (b) objeto direto
- (c) adjunto adverbial
- (d) objeto indireto
- (e) complemento nominal

10) Assinale a alternativa que contém a única palavra acentuada **corretamente**:

- (a) caractéres      júniore
- (b) condôr          aváro
- (c) recorde              circúito
- (d) ibéro              circuíto
- (e) diabéte              ínterim

11) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância nominal**:

- (a) Eles ganharam bastantes prêmios.
- (b) É proibido a entrada de estranhos.
- (c) A criança estava meio doente.
- (d) Elas tomaram duas meias garrafas.
- (e) Os jogadores estavam bastante cansados.

12) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância nominal**:

- (a) **A** vendedora disse: muito obrigada.
- (b) As crianças ficaram sós na rua.
- (c) Os responsáveis pela festa ficaram alertas, porque, no final, havia menos pessoas conhecidas.
- (d) As alunas mesmas promoveram a festa.
- (e) As crianças deram mesmo a idéia.

13) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância verbal ou nominal**:

- (a) Não somos nós quem faz as compras.
- (b) É necessário a franqueza de uma criança.
- (c) Reformam-se móveis velhos.
- (d) Não somos nós quem fazemos a compra.
- (e) Amanhã vai fazer três dias que o rapaz sumiu.

14) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância verbal**:

- (a) Uma porção de pessoas viram o acidente.
- (b) Não eras tu que defendias isso.
- (c) Talvez haja aulas amanhã.
- (d) Surgia vagarosamente as luzes da cidade.
- (e) Tu e ele partireis cedo.

15) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância verbal**:

- (a) Sumiu o policial e seu auxiliar.
- (b) Quantos de nós resolveríamos o exercício?
- (c) A maioria dos jovens participaram da festa.
- (d) O heroísmo e a coragem faz dele um homem incomum.
- (e) Eles compõe a dupla sertaneja mais festejada nesta década.

16) Assinale a alternativa que contém **erro de concordância verbal**:

- (a) Não se venderam as casas.
- (b) Uma porção de pessoas viu o acidente.
- (c) Tu e ele partirão cedo.
- (d) Eles tem se mostrado leais à revolução.
- (e) Já deve haver muitas pessoas lá.

17) Assinale a alternativa gramaticalmente **correta**:

- (a) Tendo encontrado-o, a autoridade o prendeu.
- (b) Os policiais não lhe encontraram.
- (c) Poderiam haver mais provas.
- (d) Imprudentes não o foram as rés.
- (e) O Juiz resolveu suavizar a pena.

18) A regência está **correta** em:

- (a) Prefiro a dança ao jogo.
- (b) Prefiro a dança mais que o jogo.
- (c) Prefiro mais a dança que o jogo.
- (d) Prefiro mais a dança do que o jogo.
- (e) Prefiro à dança ao jogo.

19) Há **erro** de regência em:

- (a) O garoto obedeceu ao pedido do pai.
- (b) Todos preferem mais o certo que o errado.
- (c) Essas são as verdades em que acredito.
- (d) O atleta aspirava ao primeiro lugar.
- (e) Alguém deveria assistir o rapaz ferido.

20) Há **erro** de regência em:

- (a) Já o avisamos do erro.
- (b) Você pagou ao cobrador?
- (c) Esse direito assiste aos professores.
- (d) A vitória foi visada pelo lutador.
- (e) Todos desobedeceram ao guarda.

21) Ocorre crase **facultativa** em:

- (a) Temos muita coisa a fazer.
- (b) O tanque se enche gota a gota.
- (c) Jamais obedeceremos a ela.
- (d) Ela percorreu o trajeto a pé.
- (e) Hoje iremos a minha cidade.

22) Assinale a alternativa em que **não pode** haver crase:

- (a) Amanhã iremos à terra de nossos avós.
- (b) O trem partiu às dez horas.
- (c) À noite todos vamos à cidade.
- (d) O rapaz abandonou o barco e voltou à terra.
- (e) Todos saíram à procura de ajuda.

23) Assinale a alternativa em que **não pode** haver crase:

- (a) Ficava frio, à medida que escurecia.
- (b) Todos foram à casa.
- (c) A espaçonave voltou à Terra.
- (d) O problema foi resolvido às pressas.
- (e) Às três e meia iniciaremos o jogo.

24) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase:

"Os projetos que..... estão em ordem;..... ainda hoje, conforme....."

- (a) enviaram-me devolvê-los-ei lhes prometi
- (b) enviaram-me os devolverei lhes prometi
- (c) enviaram-me os devolverei prometi-lhes
- (d) me enviaram devolvê-los-ei lhes prometi
- (e) me enviaram os devolverei prometi-lhes

25) Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas da seguinte frase:

"Lia um autor muito difícil; não..... entendia nem..... admirava. A leitura, no entanto, não..... aborrecia".

- (a) o o lhe
- (b) lhe o lhe
- (c) o lhe lhe
- (d) lhe lhe lhe
- (e) o o o

26) Assinale a alternativa que completa **corretamente** as lacunas da seguinte frase:  
“..... dez horas que se.....iniciado os trabalhos de apuração dos votos sem que se.....quais seriam os candidatos vitoriosos”.

- (a) fazia            haviam            previsse
- (b) faziam        haviam            prevesse
- (c) fazia            havia             previsse
- (d) faziam        havia             previssem
- (e) fazia            haviam            prevessem

27) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase:

“Aquelas eram ordens.....”.

- (a) que não se obedecia
- (b) a que não se obedecia
- (c) à que não se obedecia
- (d) a que não se obedeciam
- (e) que não se obedeciam

28) Assinale a alternativa que completa **corretamente** a frase:

“Esses são os livros que..... à disposição do público, mas.....que poucos .....”

- (a) se acham        se acredita        os procurarão
- (b) acham-se        acredita-se        procurá-los-ão
- (c) se acham        acredita-se        os procurarão
- (d) acham-se        se acredita        procurá-los-ão
- (e) nenhuma das alternativas acima está correta

29) Qual a seqüência de palavras acentuadas porque terminam em encontro vocálico pronunciado como ditongo crescente:

- (a) assembléia    caracóis        solidéu
- (b) Tambaú        Tambaí        Açai
- (c) série            pátio            tênué
- (d) imóveis        pudésseis     mísseis
- (e) bônus           lápis            tênis

30) Qual a frase em que deve ser utilizada uma vírgula ?

- (a) A informação orienta o povo e aumenta sua cultura.
- (b) As pessoas lêem jornais e a informação as enriquece culturalmente.
- (c) Os dados culturais são necessários e fortalecem a cultura geral.
- (d) A crítica dos conhecimentos adquiridos é fundamental e sempre deve ser feita.
- (e) Os valores humanos permanecem e são indispensáveis à vida em sociedade.

## DIREITO PENAL

31) Assinale a alternativa CORRETA:

A edição de lei mais favorável ( "abolitio criminis" ) possibilita ao réu:

- (a) ver cessada a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- (b) ver cessada a execução e os efeitos civis da sentença condenatória.
- (c) obter "sursis".
- (d) eximir-se da obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- (e) livrar-se de confisco.

32) Assinale a alternativa CORRETA:

A pena restritiva de direitos, se aplicada isoladamente, prescreverá:

- (a) em dois anos.
- (b) em cinco anos.
- (c) no mesmo prazo da pena privativa de liberdade.
- (d) no dobro do prazo da pena privativa de liberdade.
- (e) na metade do prazo da pena privativa de liberdade.

33) Assinale a alternativa CORRETA:

A suspensão condicional da pena é viável se:

- (a) houver condenação em pena de multa.
- (b) houver condenação em pena restritiva de direitos.
- (c) houver reparação do dano causado pela infração.
- (d) houver imposição de pena privativa de liberdade não superior a dois anos.
- (e) houver confisco de bens.

34) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A pena de prestação pecuniária se confunde com a multa reparatória.
- (b) Se o ofendido propuser ação civil para reparação do dano e ocorrer condenação, desta será descontada a prestação pecuniária.
- (c) A pena de prestação pecuniária é limitada a dois salários mínimos.
- (d) Recolhimento domiciliar também é pena restritiva de direitos.
- (e) As penas restritivas de direitos são aplicáveis só aos crimes dolosos.

35) Assinale a alternativa CORRETA

"A", "B", "C" e "D" participam de um "racha" ( corrida automobilística sem licença da autoridade) em rua de pouco movimento, presentes várias pessoas. Os veículos de "B" e "D" derrapam durante a disputa e se precipitam sobre a platéia improvisada, matando duas pessoas. O processo correspondente deverá indicar que:

- (a) só "B" e "D" responderão pelos crimes.
- (b) "A" e "C" responderão por contravenção.
- (c) "B" responderá por uma morte e "D" por outra.
- (d) todos os participantes do "racha" responderão pelas infrações ocorridas.
- (e) cada agente responderá pelo resultado que produziu. Assim, se um carro apenas matou os dois assistentes, seu condutor será o único responsável pelos delitos.

36) Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo resolve atirar em José que está conversando com Afonso. E mesmo prevendo que poderá atingir o terceiro (Afonso), não desiste do seu intento e atira, acertando-o.

Responderá pelo crime a título de:

- (a) dolo direto.
- (b) dolo alternativo.
- (c) dolo eventual.
- (d) culpa inconsciente.
- (e) dolo indireto.

37) Assinale a alternativa CORRETA:

O arrependimento posterior do agente, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, implica em redução da pena se:

- (a) houver apreensão da coisa pela polícia,
- (b) ocorrer devolução por coação moral ou física
- (c) decisão judicial determinar a reparação.
- (d) houver ressarcimento por terceiro.
- (e) houver restituição ou reparação pessoal do agente.

38) Assinale a alternativa CORRETA:

Absolvido em processo-crime porque teria agido sob o pálio da legítima defesa putativa, o réu é acionado pela vítima, no juízo cível, para haver indenização pelas lesões sofridas.

No seu modo de ver, o que poderá acontecer?

- (a) Não cabe pedido de indenização porque o ato não foi ilícito.
- (b) A decisão na área criminal afastou a indenização pleiteada.
- (c) Embora ilícito o ato, a absolvição afastou a reparação pretendida.
- (d) O réu poderá ser obrigado a indenizar, apesar da absolvição na área criminal.
- (e) O réu terá necessariamente que indenizar a vítima.

39) Assinale a alternativa CORRETA:

Dois grupos de jovens entram em conflito durante festival, estabelecendo-se confusão generalizada e agressões entre grande número de participantes do evento, sendo impossível a identificação da autoria individualizada das hostilidades. Qual a infração penal?

- (a) Lesões corporais.
- (b) Crimes de maus-tratos.
- (c) Contravenções de vias de fato.
- (d) Rixa.
- (e) Lesões corporais recíprocas.

40) Assinale a alternativa CORRETA:

Paulo, para defender-se de João, retira a arma que está na posse de Aldo. Haverá:

- (a) legítima defesa subjetiva e legítima defesa sucessiva.
- (b) legítima defesa putativa e legítima defesa sucessiva,
- (c) estado de necessidade e exercício regular de direito.
- (d) legítima defesa e estado de necessidade.
- (e) legítima defesa e estrito cumprimento de dever legal.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

- 41) Pedido de licença para processar criminalmente deputado federal, que não foi apreciado pela Câmara dos Deputados, implicará
- (a) absolvição *in limine* do deputado.
  - (b) interrupção do prazo de prescrição do crime até o início da legislatura seguinte.
  - (c) pagamento de fiança pelo parlamentar.
  - (d) suspensão do prazo prescricional do crime até o fim do mandato do deputado.
  - (e) recebimento imediato da denúncia ou queixa-crime pelo STF.
- 42) Candidato a Presidente da República, registrado pelo partido X, obteve, na eleição, 40 milhões de votos. Os demais candidatos somaram, juntos, 35 milhões de votos, havendo 8 milhões de votos em branco e nulos. Nesse caso, o candidato mais votado
- (a) participará de nova eleição, que desprezará, então, os votos em branco e nulos.
  - (b) concorrerá à nova eleição, já que os votos em branco e nulos, somados aos dos concorrentes, suplantaram os votos por si obtidos.
  - (c) será considerado eleito Presidente da República.
  - (d) participará de um segundo turno eleitoral com o candidato que obteve a segunda melhor votação.
  - (e) participará de nova eleição, que não desprezará os votos em branco e nulos.
- 43) Proposta de emenda constitucional, depois de votada conforme as exigências da Constituição Federal, converter-se-á em emenda constitucional quando for
- (a) promulgada pela mesa diretora do Congresso Nacional.
  - (b) sancionada e promulgada pelo Presidente da República.
  - (c) promulgada pela mesa diretora do Senado Federal.
  - (d) promulgada pela mesa diretora da Câmara dos Deputados.
  - (e) promulgada pelas mesas das duas Casas do Congresso Nacional.
- 44) São inconstitucionais leis ou atos normativos discriminatórios, não autorizados pela Constituição Federal, entre pessoas em situação de igualdade. O sacrifício imposto a pessoas, discriminado-as em face de outras na mesma situação, é inconstitucional. Para corrigir essa desigualdade é acionado o Poder Judiciário. A decisão judicial poderá
- (a) estender a situação jurídica detrimetosa a todas as pessoas.
  - (b) declarar, apenas por via incidental, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
  - (c) declarar, apenas por via principal, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
  - (d) declarar, dependendo da provocação, a inconstitucionalidade do ato discriminatório tanto por via incidental como por via principal.
  - (e) deferir, se impetrada, ordem de injunção.
- 45) Vetado parcialmente projeto de lei, a parte que mereceu sanção é promulgada e publicada pelo Presidente da República. Apreciado o veto pelo Congresso Nacional, este o rejeita. Neste caso, a parte que foi vetada, e agora é promulgada, vigera a partir do momento
- (a) de sua promulgação pelo Congresso Nacional.
  - (b) em que entrou em vigor a parte do projeto de lei desde logo sancionada.
  - (c) da publicação da parte não vetada.
  - (d) de sua publicação.
  - (e) de sua sanção e promulgação pelo Presidente da República.



46) Projetos de lei de iniciativa exclusiva de Tribunais e do Poder Executivo são propostos amiúde. O exercício do poder de emenda, deferido aos congressistas, constitui incidente do processo legislativo. Em princípio, a função de emendar esses projetos de lei é inerente à função de legislar. Quem pode legislar, poderá emendar. A Constituição tem que prever expressamente as vedações ao poder de emendar, que podem ser absolutas (que impedem o oferecimento de quaisquer emendas), quase absolutas (que impedem o oferecimento de determinadas emendas) e relativas. Isto posto, há vedação absoluta ao poder de emenda

- (a) no caso de delegação legislativa ao Presidente da República, se a resolução do Congresso Nacional determinar a apreciação do projeto *a posteriori*.
- (b) na tramitação de projeto de lei de codificação.
- (c) no caso de rejeição de medida provisória, quando o Congresso Nacional disciplina as relações jurídicas delas decorrentes.
- (d) no complexo procedimento legislativo de edição de emenda constitucional.
- (e) depois de aprovado o projeto de lei, mas antes de subir à sanção presidencial.

47) Lei anterior à Constituição recém promulgada, e com esta incompatível, implicará, de acordo com atual orientação do STF,

- (a) inconstitucionalidade da lei, devendo ser declarada por via principal.
- (b) diferimento eficaz da lei anterior pelo Poder Legislativo.
- (c) ação direta de inconstitucionalidade para cindir a lei.
- (d) revogação da lei.
- (e) prossegue ação direta de inconstitucionalidade impetrada antes da nova Constituição.

48) A técnica de interpretação conforme a Constituição somente é utilizável quando a norma impugnada permite

- (a) uma só interpretação razoável e justa.
- (b) aplicação do princípio de proporcionalidade entre meio e fim da exigência legislativa.
- (c) várias interpretações da norma impugnada, das quais uma seja compatível com a Constituição.
- (d) verificar a univocidade de seu sentido,
- (e) alteração inequívoca do sentido da norma impugnada.

49) Medida provisória recém editada tem o efeito imediato de inovar a ordem jurídica, mas o conteúdo jurídico que veicula somente adquire estabilidade normativa a partir do momento de sua conversão em lei pelo Congresso Nacional. Por outro lado, a rejeição parlamentar do projeto de sua conversão em lei ocasionará

- (a) a desconstituição *ex nunc* de sua eficácia jurídica.
- (b) autorização para que o Presidente da República reedite outra com o mesmo conteúdo.
- (c) autorização para que o Presidente da República edite outra afetando aspectos não essenciais daquela anteriormente repudiada pelo Congresso Nacional.
- (d) a desconstituição *ex tunc* de quaisquer atos editados com fundamento no ato presidencial repellido pelo Congresso Nacional.
- (e) a declaração de insubsistência da lei por parte da Mesa do Senado Federal.

- 50) O congressista, no exercício do cargo de ministro, de Estado,
- (a) não perde a imunidade parlamentar material,
  - (b) não goza de imunidade parlamentar material e processual.
  - (c) não poderá ser processado sem licença de sua casa legislativa.
  - (d) somente poderá ser processado se houver licença da Câmara e do Senado.
  - (e) não perde a imunidade material e processual.

## DIREITO CIVIL

51) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A prescrição atinge a pretensão que tem por objeto uma prestação e a decadência o direito dirigido a uma sujeição.
- (b) A decadência não guarda relação com os chamados direitos potestativos.
- (c) É decadencial o prazo para a ação reparatória-indenizatória de dano ambiental.
- (d) É prescricional o prazo para a ação de anulação de casamento.
- (e) Trata-se de causa preclusiva suspensiva da prescrição a regra que dispõe que não corre prazo prescricional contra os absolutamente incapazes.

52) "A" e "B", após namorarem durante cinco meses, resolvem contrair casamento, fazendo-o perante autoridade competente. Passados seis meses da cerimônia, "A" começa a apresentar um desvio de comportamento, revelando-se portador de esquizofrenia. Diante disso, "B", provando que contraiu o casamento sem o conhecimento prévio da doença, deduz em face de "A" pretensão de direito material buscando invalidar o matrimônio. Isso posto, é **correto** afirmar-se que:

- (a) o casamento é nulo por erro essencial quanto à pessoa.
- (b) o casamento é existente e eficaz, porque celebrado perante autoridade competente e por pessoas capazes que manifestaram livre consentimento ao ensejo da celebração e, portanto, não pode ser invalidado, restando somente possibilidade de dedução de pretensão de direito material à dissolução da sociedade conjugal por violação a dever do matrimônio.
- (c) o casamento é anulável.
- (d) o casamento não é passível de ser invalidado, porque aquele que aceita contrair matrimônio após tão somente cinco meses de namoro é imprudente, estando inibido de promover pedido fundado em erro essencial quanto à pessoa,
- (e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

53) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) É lícito aos nubentes a estipulação de pacto antenupcial, podendo ser estipulado por escritura pública ou no próprio termo do casamento.
- (b) É eficaz a cláusula de pacto antenupcial que estipula a comunhão universal de bens como regime de casamento entre um homem com 61 anos e uma mulher com 55 anos de idade.
- (c) É livre a estipulação do pacto antenupcial quanto ao regime de bens no casamento de pessoa viúva, que tenha tido filho com o cônjuge falecido, enquanto não inventariados e partilhados bens dos casal.
- (d) Tratando-se de matrimônio celebrado sob o regime da separação obrigatória de bens, comunicam-se os bens adquiridos na constância do casamento pelo esforço comum dos cônjuges.

(e) Tratando-se de casamento celebrado sob o regime da comunhão universal de bens, incluem-se na comunhão, mesmo antes de se realizar a condição suspensiva, os bens gravados de fideicomisso e o direito do herdeiro fideicomissário.

54) Assinale a alternativa CORRETA:

(a) Os direitos difusos e os direitos coletivos *stricto sensu* são acidentalmente coletivos e de natureza divisível.

(b) Os direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum e de natureza indivisível.

(c) Os direitos difusos e os direitos coletivos *stricto sensu* são metaindividuais, de natureza divisível e pressupõem uma relação jurídica base.

(d) Os direitos difusos são transindividuais, de natureza indivisível e não pressupõem uma relação jurídica base, sendo titulados por pessoas indeterminadas, ligadas por circunstâncias de fato.

(e) Os direitos coletivos *stricto sensu* são transindividuais, de natureza divisível, de que sejam titulares grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

55) "A" celebrou contrato em conta de participação com o Centro Médico Hospitalar "B" Ltda., no qual este se comprometia a construir um hospital, oferecer participação nos lucros da sociedade e atendimento médico hospitalar gratuito ao cotista e sua família mediante o pagamento de quotas mensais. Após um ano, "A" resolveu verificar o andamento das obras, constatando, contudo, que nada havia sido feito e sequer havido sido adquirido o terreno para construção do estabelecimento hospitalar. "A" estava pagando regularmente as mensalidades a que se obrigara, restando cinco meses para termo final à construção e funcionamento do estabelecimento hospitalar.

Em se tratando de adimplemento, inadimplemento e resolução, considerando-se também a mais recente doutrina e jurisprudência a respeito dos contratos, é **correto** afirmar-se que:

(a) a quebra positiva do contrato decorre da prática de atos omissivos ou comissivos que evidenciam perturbações prestacionais, implicando inadimplemento antecipado, cuja consequência jurídica é a resolução do contrato.

(b) não há falar em inadimplemento antecipado do contrato, inviabilizando-se pretensão resolutória, enquanto não alcançado o termo à exigibilidade da prestação devida.

(c) o direito a perdas e danos decorre diretamente da eficácia do mecanismo resolutório.

(d) o adimplemento substancial não impede a resolução do contrato.

(e) é prescricional o prazo para demandar pretensão à resolução do contrato por inadimplemento.

56) "A" compra de "B" uma pequena loja de vestuário, incluindo instalações e mercadorias existentes, obrigando-se "B", verbalmente, a auxiliar o comprador nos primeiros dias de funcionamento do estabelecimento comercial, permitindo a utilização de seu CGC para pedidos de novas mercadorias até se regularizasse a situação junto aos fisco, tudo com fins de garantir condições para a normal comercialização dos produtos. Posteriormente, sem motivo razoável, "B" cancela todos os pedidos de mercadorias ainda não recebidas, inviabilizando a continuidade, normal do negócio e a percepção dos frutos esperados. Isso considerado, dizendo-se que:

I – "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque o contrato de compra e venda compreendia apenas as instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

II - "A" não é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque se tratando de contrato comutativo, restou concluído com o pagamento do preço e entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio, não subsistindo para "B" quaisquer outros deveres acessórios, anexos, secundários ou laterais.

III - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", porque a relação obrigacional é um processo dinâmico, não se exaurindo com a entrega das instalações e mercadorias existentes na loja à época do negócio.

IV - "A" é titular de direito subjetivo à prestação de indenização em face de "B", por infração aos deveres anexos ou secundários de conduta que são informados pelo princípio da boa-fé objetiva.

Está **correto** afirmar-se que:

- (a) somente a assertiva I está correta.
- (b) somente as assertivas I e II estão corretas.
- (c) somente as assertivas III e IV estão corretas.
- (d) somente a assertiva III está correta.
- (e) somente a assertiva IV está correta.

57) Uma empresa de vendas de eletrodomésticos publicou em jornal de grande circulação local um anúncio contendo oferta de fornos microondas por preço proporcional e convidativo, sem, contudo, indicar o número de unidades disponíveis. Inúmeros consumidores acorreram a loja, mas o estabelecimento comercial, alegando que a publicidade foi veiculada com erro no preço e que não dispunha de aparelhos para atender à demanda, recusou-se à venda pelo preço anunciado. Cedendo aos pedidos dos consumidores e do Procon, a empresa vendeu os aparelhos pelo preço da oferta, mas, posteriormente, propôs ação de anulação das vendas. Isso posto, é **correto** afirmar-se que:

- (a) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-obstáculo.
- (b) o negócio jurídico é anulável, porque houve erro-vício.
- (c) aplica-se à publicidade a disciplina própria dos atos jurídicos, inclusive a do erro, porque o fato publicitário depende da vontade para produzir efeitos, sendo relevantes os vícios que possam afetar a vontade de sua produção.
- (d) o negócio jurídico é válido e eficaz, porque a publicidade, contato social de consumo, produziu vinculação jurídica negocial e obrigações, mesmo antes de celebrado contrato de compra e venda dos eletrodomésticos.
- (e) lícita a recusa da empresa a vender os eletrodomésticos anunciados, porque não há falar em responsabilidade pré-negocial no direito brasileiro.

58) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O serviço de estacionamento em supermercado não pode ser objeto de acidente de consumo.
- (b) A pessoa jurídica que adquire um produto ou serviço como insumo necessário à cadeia produtiva de sua atividade final é considerada consumidor *stricto sensu* no conceito "standard", independentemente da vulnerabilidade econômica.
- (c) A pessoa jurídica não pode ser considerada consumidor *stricto sensu*.
- (d) Somente pessoa física pode ser considerada consumidor *stricto sensu* face ao princípio da vulnerabilidade econômica.
- (e) Uma empresa que adquire alimentos preparados para fornecimento aos seus empregados o faz na condição de consumidor *stricto sensu*, pois destinatária final econômica.

59) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O ato-fato jurídico imprescinde da manifestação livre e consciente da vontade humana.
- (b) Pratica ato-fato jurídico indenizativo, lícito, aquele que causa destruição de coisa alheia a fim de remover perigo iminente contra si, respondendo pelo dano se o dono da coisa não for culpado pelo perigo.
- (c) Pratica fato jurídico *stricto sensu* aquele que estabelece residência com ânimo definitivo.
- (d) É negócio jurídico o reconhecimento da filiação não resultante do casamento.
- (e) O testamento é ato jurídico *stricto sensu mortis causa*.

60) À solução de questões que envolvem danos decorrentes de erro médico, nas cirurgias plásticas de correção de defeito físico e embelezamento, quanto à relação paciente-médico e à relação paciente-hospital, é **correto** afirmar-se que:

- (a) a relação paciente-hospital é regulada pela responsabilidade civil subjetiva.
- (b) a relação paciente-médico não é contratual.
- (c) a obrigação resultante da relação paciente-médico é de resultado, salvo prova de intervenção de fator imprevisível, força maior ou caso fortuito.
- (d) a obrigação resultante da relação paciente-médico é sempre de meio.
- (e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

## DIREITO COMERCIAL

61) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A pena pecuniária administrativa não pode ser reclamada na falência.
- (b) Restou pacificado o entendimento jurisprudencial no sentido do incabimento da correção monetária nos créditos habilitados na falência.
- (c) O dinheiro de terceiro, arrecadado em poder do falido, não pode ser objeto de restituição.
- (d) Não havendo contestação, prescindível é a intervenção do Ministério Público no pedido de restituição de bem arrecadado pelo síndico.
- (e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

62) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O prazo para determinação do termo legal da autofalência é contado da data do primeiro protesto por falta de pagamento.
- (b) O pagamento de dívida vencida e exigível realizado dentro do termo legal da falência, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato, somente será ineficaz perante a massa falida se demonstrada fraude ou simulação.
- (c) É ineficaz, perante a massa falida, a renúncia à herança ou legado feita pelo falido até dois anos antes da declaração de falência.
- (d) Somente o síndico, representante legal da massa falida, detém legitimidade para propor a ação revocatória.
- (e) É dispensável a intervenção do Ministério Público na ação revocatória.

63) Assinale a alternativa CORRETA:

Conforme a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça,

- (a) constitui ofensa ao princípio do contraditório a falta de intimação do falido para manifestar-se e requerer o que entender conveniente no inquérito judicial.
- (b) a ausência de fundamentação do despacho de recebimento da denúncia por crime falimentar enseja nulidade processual, salvo se já houver sentença condenatória.
- (c) nos crimes falimentares, não se aplicam as causas interruptivas da prescrição previstas no Código Penal.
- (d) nos crimes falimentares, o prazo prescricional começa a correr somente com o trânsito em julgado da sentença que encerrar a falência ou que julgar cumprida da concordata.
- (e) nenhuma das alternativas anteriores está correta.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

64) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A União, os Estados-membros e os Municípios são pessoas jurídicas de Direito Público que integram a estrutura constitucional do Estado e dispõem de soberania.
- (b) As autarquias desenvolvem suas atividades na forma prevista na lei instituidora respectiva e permanecem subordinadas hierarquicamente à entidade estatal que as criou, não possuindo autonomia administrativa.
- (c) As fundações são pessoas jurídicas de Direito Público ou pessoas jurídicas de Direito Privado, devendo ser definida em lei a área de atuação respectiva.
- (d) Cabe ao Poder Executivo, exclusivamente, criar a autarquia através de ato administrativo próprio, de acordo com as necessidades da administração pública.
- (e) A fundação de Direito Público pode ter decretada sua falência, em caso de má gestão, sendo realizada a arrecadação de seus bens.

65) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Os atos administrativos vinculados podem ser anulados pela própria administração, quando não atendido algum dos requisitos previamente estabelecidos na lei para sua realização.
- (b) Os regulamentos complementam as leis e podem alterar ou extinguir direitos nelas previstos.
- (c) O poder regulamentar é inerente ao Chefe do Poder Executivo e pode ser por ele delegado a seus subordinados.
- (d) Os regulamentos são atos administrativos, postos em vigência por decreto, através dos quais podem ser instituídos tributos e criadas isenções fiscais.
- (e) O poder discricionário concedido à administração é similar ao poder arbitrário, apresentando os atos fundados em ambos a mesma característica de ilegalidade.

66) Na administração pública, os atos praticados devem atender à finalidade legal, atendendo ao princípio da:

- (a) abrangência
- (b) disponibilidade
- (c) impessoalidade
- (d) hierarquia administrativa

(e) eficiência

67) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A rescisão de contrato administrativo por interesse público, pela administração, exclui a possibilidade de eventual indenização à parte contratada.
- (b) As cláusulas regulamentares dos contratos administrativos gozam da presunção de legitimidade e não podem, portanto, ser alteradas pela administração.
- (c) Depois de firmado o contrato administrativo, a execução da obra nele prevista pode ser integralmente repassada a terceiros pela parte contratada, sob sua exclusiva responsabilidade.
- (d) Na execução de obra decorrente de contrato administrativo, a parte contratada deverá arcar com os débitos trabalhistas e previdenciários, cabendo à administração responder somente pelos encargos fiscais.
- (e) O poder da administração no tocante à rescisão unilateral do contrato administrativo decorre da supremacia do interesse público, o qual se sobrepõe ao interesse privado do contratado.

68) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O contrato administrativo nulo não gera direitos e obrigações entre as partes, visto que a nulidade impede qualquer vínculo eficaz entre os contratantes, não subsistindo conseqüências mesmo em relação a terceiros de boa-fé.
- (b) A celebração do contrato administrativo é o corolário da licitação, constituindo um direito do vencedor desta e uma obrigação da administração, que não pode deixar de firmar o contrato após concluído o certame.
- (c) A abertura das propostas apresentadas em uma licitação antes da data designada fere o princípio do sigilo, mas não constitui ilícito penal.
- (d) No procedimento da licitação, o edital omissivo quanto ao critério de julgamento poderá ser objeto de impugnação administrativa por parte de qualquer cidadão.
- (e) A publicidade dos atos e o julgamento subjetivo são princípios que regem a licitação.

69) O bem imóvel público de uso especial:

- (a) somente poderá ser hipotecado em ação de execução de sentença proposta contra o Estado.
- (b) poderá ser entregue pela administração em dação em pagamento, desde que previamente desafetado da destinação originária, através de lei, passando à categoria de bem dominical.
- (c) poderá ser adquirido por usucapião extraordinário, devendo o cidadão comprovar o período de vinte anos de posse, na ação proposta para o reconhecimento de seu domínio.
- (d) poderá ser adquirido por usucapião especial, devendo o cidadão demonstrar a boa-fé e a destinação específica do bem.
- (e) poderá ser penhorado para a satisfação de débito através da adjudicação do bem, por determinação judicial.

70) A criação de cargos, funções ou empregos do Poder Executivo deverá ser realizada:

- (a) através de lei de iniciativa do Poder Legislativo.
- (b) através de lei de iniciativa do Poder Legislativo, sancionada e promulgada pelo Chefe do Poder Executivo.
- (c) através de regulamento expedido pelo Poder Executivo.
- (d) através de lei de iniciativa do Poder Executivo.
- (e) todas as alternativas anteriores estão corretas.

71) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O servidor que causar dano à administração, no exercício de suas funções, somente poderá ser responsabilizado na área cível após sua condenação pelo ilícito penal cometido.
- (b) A absolvição criminal excluirá, em qualquer hipótese, a responsabilidade administrativa e civil do servidor a quem é imputada a prática de ato danoso à administração.
- (c) O processo administrativo disciplinar corresponde a um procedimento sumário, em que não está prevista a apresentação de defesa pelo servidor.
- (d) A Constituição Federal de 1988 adota os princípios da responsabilidade subjetiva do Estado e da responsabilidade objetiva do funcionário público.
- (e) A aquisição, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, de bens cujo valor é desproporcional em relação ao patrimônio ou renda do agente público, constitui exemplo de ato de improbidade administrativa.

72) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Às empresas permissionárias de serviços públicos, diferentemente das empresas estatais, não se aplica a responsabilidade objetiva, no que tange à reparação do dano causado a terceiros.
- (b) A responsabilidade objetiva da administração será excluída quando o agente público, causador do dano a terceiros, tiver agido com abuso no exercício de suas funções.
- (c) A administração poderá exercer o direito de regresso contra o servidor público que, no desempenho de suas funções, causar dano a terceiros, agindo com dolo ou culpa.
- (d) A ação regressiva da administração não poderá ser proposta após a cessação do exercício no cargo, por aposentadoria, do servidor público que houver causado dano a terceiros, no desempenho de suas funções.
- (e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

73) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) A prática de atos de improbidade administrativa pelo servidor público poderá acarretar a suspensão de seus direitos políticos.
- (b) O seqüestro dos bens do servidor público, devido a danos por ele causados ao patrimônio público, somente poderá ser decretado após o trânsito em julgado da sentença prolatada no processo respectivo.
- (c) A ação principal, no tocante à improbidade administrativa, terá rito ordinário e poderá ser proposta exclusivamente pelo Ministério Público,
- (d) O ressarcimento ao erário, em caso de improbidade administrativa, poderá vir a ser dispensado quando ocorrer o reconhecimento, pelo servidor público, dos atos praticados indevidamente, caracterizando-se em tal hipótese a transação.
- (e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.



## LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

74) Assinale a alternativa CORRETA:

São órgãos de execução do Ministério Público:

- (a) o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- (b) o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- (c) o Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público e os Promotores de Justiça.
- (d) o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça.
- (e) nenhuma das alternativas está correta.

75) Assinale a alternativa CORRETA:

Na indicação da promoção por antigüidade, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo:

- (a) pelo voto da metade mais um de seus integrantes.
- (b) pelo voto de dois terços de seus integrantes.
- (c) pelo voto de três quartos de seus integrantes.
- (d) pelo voto da totalidade de seus integrantes.
- (e) nenhuma das alternativas está correta.

76) Assinale a alternativa CORRETA:

O Corregedor-Geral e o Subcorregedor-Geral do Ministério Público são eleitos:

- (a) pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (b) pelo órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
- (c) pelos Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça já vitaliciados na carreira.
- (d) pelo voto de todos os membros do Ministério Público.
- (e) nenhuma das alternativas está correta.

77) Assinale a alternativa CORRETA:

É obrigatória a abertura do concurso de ingresso no Ministério Público:

- (a) quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos existentes na carreira.
- (b) por deliberação do Procurador-Geral de Justiça.
- (c) por deliberação unânime do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral do Ministério Público e do Conselho Superior do Ministério Público.
- (d) quando o número de vagas atingir a um sexto dos cargos iniciais na carreira.
- (e) nenhuma das alternativas está correta.

78) Assinale a alternativa I N C O R R E T A:

Compete ao Conselho Superior do Ministério Público, dentre outras atribuições:

- (a) indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista sêxtupla, os candidatos à remoção ou promoção por merecimento.
- (b) decidir sobre vitaliciamento de membro do Ministério Público.
- (c) autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar curso de aperfeiçoamento no exterior.
- (d) aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público.
- (e) sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções.

79) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) É obrigatória a promoção do Promotor de Justiça que figure por duas vezes consecutivas ou três alternadas em lista de merecimento.
- (b) O Procurador de Justiça mais antigo no cargo é membro nato do Conselho Superior do Ministério Público.
- (c) O Conselho Superior do Ministério Público tem como membro nato apenas o Procurador-Geral de Justiça.
- (d) O órgão Especial do Colégio de Procuradores é composto pelos dez Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e por dez Procuradores de Justiça eleitos pelos demais, para um mandato de dois anos, além do Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, e do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes membros natos.
- (e) O Conselho Superior do Ministério Público é composto por nove Procuradores de Justiça, além do Procurador-Geral de Justiça, seu Presidente, e do Corregedor-Geral do Ministério Público, estes membros natos.

80) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos são eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público.
- (b) Nos casos de impedimento, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.
- (c) Cabe ao órgão Especial do Colégio de Procuradores rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.
- (d) Ao órgão Especial do Colégio de Procuradores compete eleger quatro integrantes do Conselho Superior do Ministério Público e seus suplentes.
- (e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

81) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O pedido de desaforamento, que tem efeito suspensivo, será acolhido quando houver dúvida sobre a imparcialidade do Júri.
- (b) A intimação do réu da sentença de pronúncia, em se tratando de crime inafiançável, poderá ser feita na sua própria pessoa ou, então, através de seu defensor.
- (c) Da decisão que indefere pedido do ofendido no sentido de intervir como Assistente do Ministério Público, cabe recurso de apelação, já que essa decisão é de natureza interlocutória mista.
- (d) Ao querelante também é assegurada legitimidade para requerer prisão preventiva.
- (e) O prazo para oferecimento de denúncia, em se tratando de réu preso, é de 05 (cinco) dias, contados da data em que o inquérito foi remetido a juízo.

82) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Depois de recebida a denúncia, não é possível mais o seu aditamento, salvo para a correção de erro material.
- (b) A prisão temporária poderá ser decretada quando for conveniente para as investigações do inquérito policial.

- (c) Incumbe ao Conselho Penitenciário emitir parecer sobre livramento condicional, indulto e também comutação de pena.
- (d) O réu pode se valer do instituto da revisão criminal para alterar o fundamento legal da sentença absolutória e que já transitou em julgado, evitando, com isso, que seja demandado no cível.
- (e) No processo penal, cabe a acusação e defesa a comprovação das respectivas teses sustentadas, não podendo o juiz, no curso da instrução, sob pena de afronta ao princípio da imparcialidade, determinar, de ofício, alguma diligência, ainda que para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

83) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O fato da denúncia não descrever e tampouco capitular circunstância agravante, não impede que seja reconhecida na sentença.
- (b) O Defensor Público não tem direito ao prazo em dobro para interpor recurso, embora tenha direito, assim como o Ministério Público, a intimação pessoal, em ambas as instâncias, de todos os atos do processo.
- (c) O recebimento da denúncia, independentemente do crime, exige, face a Constituição Federal e tratando-se de decisão interlocutória mista, exaustiva fundamentação.
- (d) No pedido de reabilitação, por não haver contraditório, é dispensável a oitiva do Ministério Público.
- (e) A ausência de razões impede o conhecimento do recurso de apelação interposto pela defesa técnica, ainda que manifestado no quinquídio legal, já que, sem elas, não há como se delimitar o âmbito do inconformismo.

84) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O libelo não poderá se afastar da pronúncia, inclusive no que se refere às circunstâncias agravantes e qualificadoras.
- (b) A absolvição criminal com base na inequívoca demonstração da inexistência material do fato, impede a propositura da ação cível.
- (c) Havendo farta prova testemunhal noticiando a morte do acusado e havendo, também, parecer favorável do Ministério Público, o juiz, nesse caso, deverá declarar extinta a punibilidade, sendo, dispensável, inclusive, a requisição da respectiva certidão de óbito.
- (d) A observância do contraditório, oficialidade, legalidade, publicidade dos atos processuais e a busca da verdade formal, são princípios a serem necessariamente observados no processo penal.
- (e) No julgamento perante o Tribunal do Júri, poderá o jurado, a fim de formar a sua convicção, solicitar algum esclarecimento, não podendo, contudo, consultar os autos, já que esse ato é privativo da acusação, defesa e juiz-presidente.

85) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Em se tratando de Júri, são inadmissíveis teses contraditórias, ainda que apresentadas alternativamente, razão pela qual, caso isso ocorra, não deverá o juiz presidente autorizar a formulação dos quesitos respectivos.
- (b) Havendo comprovação de residência fixa e exercício de atividade laborativa, não poderá ser decretada a prisão preventiva do acusado, ou, se já decretada, deverá ser imediatamente revogada.
- (c) O interrogatório do réu, que não foi realizado durante a tramitação do feito, é possível mesmo após a prolação da sentença.
- (d) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal privada.

(e) No processo penal, a constituição de defensor sempre exige a juntada do respectivo mandato, sob pena de ser desconstituído o causídico indicado pelo réu, nomeando-se, em substituição, defensor público ou dativo.

86) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) Verificando o juiz que o réu se oculta para não ser citado, a citação, nesse caso, far-se-à por hora certa.
- (b) O excesso de prazo na tramitação do feito, independentemente das causas que originaram essa delonga, acarreta, necessariamente, a revogação da prisão preventiva.
- (c) Se não for conhecido o lugar da infração e o réu tiver, também, mais de uma residência, a competência seria imediatamente definida pela distribuição.
- (d) A condenação criminal jamais poderá ser prolatada com base, exclusivamente, em depoimentos de policiais, já que naturalmente suspeitos.
- (e) A expedição de guia de recolhimento, a ser providenciada pela autoridade judiciária, é requisito indispensável para o cumprimento da pena privativa de liberdade.

87) Assinale a alternativa CORRETA:

- (a) O mandado de segurança, sendo remédio jurídico de natureza tipicamente civil, não pode ser utilizado em matéria criminal, razão pela qual, diante de qualquer ilegalidade, é de rigor a impetração de "habeas corpus".
- (b) É válido o auto de prisão em flagrante ainda que lavrado em local diverso daquele em que se deu a prisão.
- (c) Na fixação do valor da fiança, a autoridade deve se ater, exclusivamente, a gravidade do fato e a condição financeira do acusado ou indiciado.
- (d) Sendo evidente e manifesta a atipicidade do fato, poderá a autoridade policial proceder ao arquivamento do inquérito policial.
- (e) O prévio exaurimento das instâncias ordinárias, o prequestionamento e a impossibilidade do reexame de provas, são princípios vigentes no recurso especial e não no recurso extraordinário.

88) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (a) Não se admite, na Superior Instância, a aplicação da "mutatio libelli".
- (b) Compete à Justiça Comum julgar crime doloso contra a vida praticado por militar contra civil.
- (c) No processo penal, a deficiência de defesa não acarreta, necessariamente, a nulidade da ação penal.
- (d) Nos crimes de ação penal pública, tendo o Ministério Público, nas alegações finais, postulado pela absolvição do réu, não poderá o juiz, nesse caso, prolatar sentença condenatória, sob pena de infringência ao princípio da correlação que deve haver entre os termos da acusação e a decisão final.
- (e) A contagem dos prazos processuais penais não obedece a mesma regra dos penais.

89) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (a) O exame de insanidade mental do acusado pode ser ordenado durante a tramitação da ação penal e também durante o inquérito policial.
- (b) A correção parcial é medida que se destina a combater *error in procedendo* e deve ser interposta no prazo de 05 (cinco) dias.
- (c) O Ministério Público não pode opor embargos infringentes, ainda que a decisão de Segunda Instância, ao absolver o réu, não tenha sido unânime.

- (d) Admite-se a acareação entre acusado e testemunha, sempre que divergirem, em suas declarações, acerca de fatos ou circunstâncias relevantes.
- (e) No pedido de restituição de coisa apreendida, a oitiva do Ministério Público não é indispensável, ficando, por isso, ao prudente critério do juiz.

90) Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (a) A denúncia oferecida sem rol de testemunhas, não poderá ser recebida, eis que, nesse caso, a ação penal estará, inevitavelmente, fadada à improcedência.
- (b) Tratando-se de apenada gestante e que foi condenada a cumprir pena em regime aberto, é possível o seu recolhimento em residência particular.
- (c) A Lei que dispõe sobre o Juizado Especial Criminal, possibilita a oposição, mesmo oral, de embargos declaratórios.
- (d) Durante o prazo de suspensão do processo previsto na Lei 9.099/95 (Juizado Especial), não fluirá o prazo prescricional.
- (e) O pedido de "habeas corpus" pode ser impetrado pelo Ministério Público, não sendo obrigatória, ainda, a requisição de informações junto à autoridade apontada como coatora.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

91) Assinale a alternativa CORRETA:

A ação declaratória incidental tem por finalidade:

- (a) evitar que se forme coisa julgada sobre os fundamentos de fato da sentença.
- (b) estender os limites objetivos da coisa julgada aos fatos e motivos que deve se basear a sentença.
- (c) para estender a coisa julgada à relação jurídica prejudicial alegada como fundamento da ação.
- (d) evitar que a coisa julgada atinja os fundamentos da sentença.
- (e) ampliar os limites subjetivos da coisa julgada.

92) Assinale a alternativa CORRETA:

De um despacho de mero expediente, mas que causou gravame a uma das partes:

- (a) cabe embargos declaratórios com efeito infringente.
- (b) não cabe recurso.
- (c) cabe mandado de segurança.
- (d) cabe correção parcial.
- (e) cabe agravo.

93) Assinale a alternativa CORRETA-

Como fiscal da lei, quando o Ministério Público terá vista aos autos:

- (a) junto com as partes, sendo-lhe comum o prazo que correrá em cartório.
- (b) após o prazo do autor.
- (c) após o prazo conferido às partes.
- (d) quando da publicação da sentença.
- (e) quando de sua intimação pelo órgão oficial.

94) Assinale a alternativa CORRETA:

O ônus da impugnação especificada dos fatos, não se aplica:

- (a) ao absolutamente incapaz.
- (b) ao incapaz como tal declarado judicialmente.
- (c) apenas ao advogado dativo e ao membro do Ministério Público.
- (d) a qualquer ente do processo.
- (e) ao advogado dativo, ao curador especial e ao membro do Ministério Público.

95) Assinale a alternativa CORRETA:

Conforme disposição expressa no artigo 806 do Código de Processo Civil, a parte que interpõe ação cautelar preparatória, deve propor ação principal no prazo de trinta dias, contado:

- (a) da data da interposição da efetivação da medida cautelar.
- (b) da data da interposição da medida cautelar.
- (c) da data em que o mandado de citação foi juntado aos autos.
- (d) da data do deferimento da medida cautelar.
- (e) da data da designação de audiência de justificação prévia do alegado.

96) Assinale a alternativa CORRETA:

Na separação consensual, o juiz verificando que a petição inicial preenche os requisitos legais, é **correto** se afirmar:

- (a) o juiz ouvirá os cônjuges e convencendo-se que a desejam livremente e sem hesitação, a homologa.
- (b) apenas a homologará após ouvido o Ministério Público no prazo de cinco dias.
- (c) se qualquer dos cônjuges não comparecer à audiência designada o juiz entenderá como ratificação do pedido e o homologará.
- (d) a separação judicial poderá a qualquer tempo ser convertida em consensual, restando ao juiz - sem nenhuma formalidade legal - após o pedido, simplesmente homologá-la.
- (e) apenas a homologará após ouvido o membro do Ministério Público, sem assinar-lhe prazo.

97) Assinale a alternativa CORRETA:

Sobre a revelia e seus efeitos, é **correto** se afirmar:

- (a) o revel não pode se manifestar nos autos.
- (b) acarreta a procedência da ação em que for declarada.
- (c) sempre que o réu não contestar a ação, haverá o efeito da revelia.
- (d) ocorrendo revelia, o autor poderá alterar o pedido.
- (e) o revel poderá intervir em qualquer fase do processo.

98) Assinale a alternativa CORRETA:

Quanto a legitimidade do Ministério Público recorrer e o prazo assinado em lei, é **correto** se afirmar:

- (a) pode intervir em qualquer ação que entender deva fazê-lo, sendo em quádruplo o prazo para tanto.
- (b) apenas no processo em que é parte, sendo o prazo para recorrer de quinze dias.
- (c) apenas naqueles processos em que oficiou como fiscal da lei e em triplo será contado o prazo para recorrer.
- (d) nos processos em que for parte ou naqueles que oficiou como fiscal da lei, sendo em quádruplo o prazo para recorrer.

(e) apenas nos processos que cumulou as funções de fiscal da lei e parte, sendo em dobro o prazo para recorrer.

99) Assinale a alternativa CORRETA:

A sentença penal condenatória transitada em julgado:

- (a) é título judicial líquido e certo, passível de imediata execução pela simples apresentação do cálculo.
- (b) é título judicial ilíquido e certo e pode ser exigido, apurado o seu quantum através de liquidação da sentença.
- (c) é título judicial porém admite discutir-se se há ou não o débito.
- (d) é título judicial e se executa no juízo que prolatou a sentença.
- (e) é título executivo extrajudicial, constituindo-se, no entanto, como título de crédito.

100) Assinale a alternativa CORRETA:

O Código de Processo Civil admite a remição que poderá ser feita:

- (a) pela cônjuge do devedor somente, quando seja requerida sobre bens cujo o valor não ultrapasse a metade do valor dos bens penhorados.
- (b) pelo cônjuge do devedor, seus ascendentes ou descendentes sobre todos os bens penhorados ou quaisquer deles.
- (c) pelo devedor sobre parte dos bens penhorados que não exceda o valor dos mesmos.
- (d) pelo devedor, seu cônjuge, descendentes ou colaterais, até o segundo grau.
- (e) pelo devedor, seu cônjuge, ascendentes ou descendentes sobre todos os bens penhorados ou quaisquer deles.

## GABARITO

01.B	02.A	03.D	04.E	05.E	06.B	07.C	08.C	09.C	10.E
11.B	12.C	13.B	14.D	15.E	16.D	17.D	18.A	19.B	20.D
21.E	22.D	23.B	24.D	25.E	26.A	27.B	28.C	29.C	30.B
31.A	32.C	33.D	34.B	35.D	36.C	37.E	38.D	39.D	40.D
41.D	42.C	43.E	44.D	45.D	46.A	47.D	48.C	49.D	50.B
51.A	52.C	53.D	54.D	55.A	56.C	57.D	58.E	59.B	60.C
61.A	62.C	63.B	64.C	65.A	66.C	67.E	68.D	69.B	70.D
71.E	72.C	73.A	74.D	75.B	76.E	77.E	78.A	79.E	80.D
81.D	82.C	83.A	84.B	85.C	86.E	87.B	88.D	89.E	90.A
91.B	92.E	93.C	94.E	95.A	96.B	97.E	98.E	99.B	100.E



## Prova Escrita (2º Fase)

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Município poderia adotar o sistema de governo parlamentar em face da Constituição vigente? Explique cabalmente a resposta, citando, se for o caso, dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, sem, contudo, transcrevê-los.
2. O STF, guardião da Constituição, produziu, nos últimos anos, copiosa jurisprudência exigindo a *pertinência temática* como requisito específico para que determinados órgãos ou entidades possam manejar a ação direta de inconstitucionalidade. Qual é o significado da expressão *pertinência temática*? Governadores de Estado estão sujeitos a esse requisito específico quando impetram ação direta? Explique rigorosamente as respostas, citando artigos de lei ou da Constituição, sem transcrevê-los.
3. Governador de Estado que sancionou, expressa ou tacitamente, projeto de lei aprovado pela Assembléia Legislativa, poderá, depois, ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, sob o argumento de que aquela lei — que ele sancionou — é inconstitucional? Explique satisfatoriamente a resposta, sem transcrição de dispositivos legais e constitucionais.

### DIREITO PENAL

4. Para obter livramento condicional por fato cometido antes de entrar em vigor a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90), mas depois nela enquadrado, o agente terá que se sujeitar, dentre outras condições, também à regra do artigo 83, V, do Código Penal? Explique.
5. João, usando revólver, dispara um tiro contra Pedro, com a intenção de matá-lo. Tal ação pode ter os seguintes desdobramentos:
  - 1º) Mata Antônio, que passava pelo local;
  - 2º) atinge Antônio, que fica apenas ferido;
  - 3º) atinge Pedro e Antônio, ferindo-os;
  - 4º) atinge Pedro e Antônio, matando-os;
  - 5º) mata Pedro e fere Antônio.

Diante do enunciado, responda as seguintes indagações:

- 1º) Qual a denominação latina do instituto penal em que o sujeito, pretendendo atingir fisicamente uma pessoa, ofende outra?
- 2º) Nesta situação, o sujeito fica isento de pena?
- 3º) Em cada um dos exemplos, qual a responsabilidade penal de João? (Quais as infrações cometidas?)
- 4º) E se João, prevendo a possibilidade de, errando o alvo, vir a atingir Antônio, ferindo-o ou matando-o, aquiesce na produção desses resultados?

Explique sucintamente.

6. Paulo, desconfiado que sua mulher Joana o traía com José, acaba por matá-la a tiros de revólver. Joana estava grávida de 7 meses e levada ainda com vida ao Hospital, onde acabou morrendo, os médicos constataram que apesar da morte da mãe, o feto ainda estava vivo. Feita cesariana, a criança não resistiu e acabou morrendo. Ante o exposto, responda as seguintes indagações:

1º) Qual o crime ou crimes praticados por Paulo?

2º) A morte da criança constituiu homicídio, aborto ou infanticídio?

3º) É relevante a circunstância de a criança haver morrido fora do ventre materno?

4º) No caso de haver dois crimes, a hipótese é de concurso formal ou material? Explique sucintamente.

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

7. Petronildo foi condenado à pena de 15 (quinze) anos de reclusão, pela prática de homicídio qualificado (motivo torpe), relativamente a fato ocorrido no dia 03 (três) de março de 1997. Foi previsto, na sentença, o regime inicial fechado, tendo a decisão transitado em julgado nesses termos. No decorrer da execução, após cumprir 1/6 (um sexto) da pena, postulou o apenado, através de defensor constituído, que fosse processado o pedido de progressão prisional, realizando-se os laudos respectivos (Criminológico e da Comissão Técnica de Classificação).

O Ministério Público se pronunciou no sentido do indeferimento da postulação, ao argumento exclusivo de que a Lei 8.072/90 impede a almejada progressão. O magistrado acolheu integralmente a manifestação ministerial, indeferindo o pedido e, via de consequência, impedindo a passagem para o regime semi-aberto.

Tal decisão, ensejou tempestivo recurso da defesa, com supedâneo no art. 197 da Lei das Execuções Penais e sob o fundamento de que o indeferimento maltratou o art. 1º da Lei 7.210/84 e que assegura ao apenado direito à integração social, o que, *in casu*, foi inviabilizado. O Dr. Promotor de Justiça contraminutou o agravo, ratificando a posição anterior.

Mantida a decisão pelo magistrado, os autos, ascenderam, então, à Instância Superior. Diante desse quadro, qual a decisão adequada a ser conferida à espécie? Justifique.

8. Ao decretar a prisão preventiva de Tício, a requerimento da autoridade policial e pela suposta prática de homicídio biqualeficado (motivo fútil e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima), o magistrado respectivo fundamentou a constrição da seguinte forma: "Havendo indícios da autoria e prova da materialidade, decreto a custódia provisória, a fim de se garantir a ordem pública."

O indiciado, em petição do próprio punho, impetrou ordem de *habeas corpus*, afirmando que, embora a existência de prova da materialidade e o reconhecimento da autoria, agiu, porém, sob o pálio da legítima defesa putativa. Isto porque, segundo a sua versão, efetuou dois disparos de arma de fogo em função de que a vítima levou a mão da cintura, dando a nítida impressão de que pretendia sacar algo, fato que adquiriu maior verossimilhança em função da inimizade notória que mantinham. Hostiliza, ainda, a declaração da única

testemunha dita presencial, eis que irmã dela vítima. Por fim, alega, genericamente, que o magistrado não fundamentou de forma adequada a necessidade da segregação cautelar. Diante desse quadro, a ordem deve ser concedida? Justifique.

9. O Ministério Público Estadual, com base em inquérito policial, denunciou Pércio Ambrósio, qualificando-o da seguinte forma: brasileiro, branco, solteiro, sem profissão definida, nascido em 18 (dezoito) de março de 1972 (*ut* certidão de nascimento acostada aos autos), filho de Pércia Ambrósio e Tibúrcio Ambrósio e residente na rua Y, n° 13.

Segundo a narrativa posta na inicial, o acusado, no dia 20 (vinte) de janeiro de 1993, cerca de 9h00min, na Comarca X, interior do Estado do Rio Grande do Sul, subtraiu, para si, da empresa onde trabalhava, cerca de 15 (quinze) pacotes de cigarros, contendo, cada pacote, cinquenta carteiras das mais diversas marcas, sendo avaliados indiretamente em R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais). Na oportunidade, segundo ainda a exordial acusatória, o acusado em questão, aproveitando-se de um descuido de um empregado que deixou o depósito aberto, ingressou no recinto, retirando dali a *res*, colocando-a, ato contínuo, dentro de três sacolas plásticas, saindo depois do interior da empresa. Na capitulação, contudo, ao invés do furto, foi tipificado o crime de roubo simples (art. 157, *caput*, do Código Penal).

A denúncia foi recebida em 03 (três) de março de 1995.

O acusado foi interrogado, ocasião em que, na presença de advogado por ele constituído, negou a imputação. Apresentou, a seguir, defesa prévia, fazendo-o no prazo legal e arrolando três testemunhas abonatórias.

O proprietário da empresa respectiva postulou sua habilitação como assistente de acusação, o que foi deferido.

No decorrer da instrução, colheu-se a declaração de Petrúcio e que foi arrolado, pela denúncia, na condição de vítima, já que responsável pela guarda do depósito, procedendo-se a oitiva, também, das testemunhas indicadas pela defesa. O primeiro (Petrúcio), antes de prestar as declarações respectivas, solicitou a retirada do réu da sala de audiências, no que foi atendido pelo douto magistrado, embora o protesto da defesa. A seguir, asseverou que o autor do fato foi efetivamente o acusado. Na ocasião, segundo a sua narrativa, o réu, utilizando-se de uma faca, obrigou, a ele Petrúcio, que abrisse o depósito, o que fez diante da ameaça de morte realizada pelo acusado supracitado. Afirmou, outrossim, não ter feito esse relato na fase administrativa em função de várias ameaças feitas pela réu, daí porque, atemorizado, resolveu silenciar naquela fase policial.

No prazo do art. 499 do Código de Processo Penal, nada foi requerido pelas partes.

Nas alegações finais, o Ministério Público postulou pela procedência da ação penal, nos termos da capitulação posta na inicial, tendo a assistência ratificado o pedido e preconizado, ainda, o reconhecimento da majorante do emprego de arma.

A defesa técnica, a seu turno, alegou insuficiência probatória, objetivando, com isso, sentença absolutória.

O magistrado sentenciante acabou condenando o réu nas sanções do art. 157, *caput*, do Código Penal, fazendo-o, especialmente, com esteio na declaração judicial de Petrúcio, considerando-a firme e convergente. Em decorrência, foi apenado com 4 (quatro) anos de reclusão, acrescido de multa, nas margens mínimas (10 dias-multa e estimados, unitariamente, em 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato) e previsto, ainda, o regime inicial semi-aberto. A sentença foi publicada no dia 03 (três) de setembro de 1999, oportunidade em que o defensor constituído, inclusive, tomou ciência da decisão, o mesmo ocorrendo com o acusado.

Irresignada, apelou a defesa técnica, dizendo, apenas, que a prova é insuficiente para a condenação, eis que lastreada tão-só em declaração de um dos empregados da empresa, invocando, assim, o brocardo *testis unus, testis nullus*. Houve, ainda, recurso do assistente de acusação, almejando aumentar a pena do réu em decorrência da majorante do emprego de arma (faca) e que não foi reconhecida na sentença.

Na condição de Promotor de Justiça que recém assumiu a Comarca respectiva, elabore as contra-razões recursais, face o recurso da defesa.

Considere ainda, na interpretação da questão, que os recursos são tempestivos e que o assistente de acusação tem legitimidade para recorrer buscando elevar a pena originariamente imposta ao réu. Considere, outrossim, que o prazo para manifestação acerca do apelo da assistência, só era aberto, para acusação pública e defesa, após oferecimento dessas contra-razões.

## PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Paulo, servidor público que havia sido investido no cargo de motorista, promoveu ação contra o município em relação ao qual se vincula, visando a concessão de gratificação pelo exercício de atividades insalubres. Isso sob o fundamento de que, ao tempo em que estava em atividade (trata-se de servidor aposentado desde 1990), exercia as funções do cargo de operador de máquinas, cuja insalubridade veio a ser reconhecida por lei vigente a partir de 1992, atribuindo uma gratificação de 40% sobre seus vencimentos. O autor tem direito ao que postula? Justifique a resposta com concisão.

2. Antes do término do estágio probatório, Luís foi considerado inapto para as funções de seu cargo, razão pela qual foi sumariamente exonerado. Inconformado, impetrou mandado de segurança para invalidar tal ato, alegando que não lhe foi assegurado o contraditório e a ampla defesa. Luís tem razão no seu pleito? Justifique a resposta com concisão.

3. Alceu, trafegando pela Avenida Ipiranga em Porto Alegre, foi flagrado pelo sensor eletrônico de velocidade. Efetivamente havia ultrapassado o limite no local. Em virtude disso, foi de pronto notificado pelo DETRAN para pagar a multa ou interpor recurso administrativo. Qual o pleito que poderia formular em juízo na defesa de seu interesse? Responda com concisão.

## DIREITO CIVIL

4. “A”, produtor de tomates, mantinha relação com a indústria “B”, que lhe adquiria o produto para industrialização. Durante vários anos (1990-1997) a indústria “B”, forneceu ao produtor “A” as sementes para o plantio das safras. Esse procedimento era adotado com outros produtores da região. Na safra 98/99, a indústria, muito embora tendo fornecido gratuitamente as sementes para o plantio, deixou de adquirir o produto porque não iria exercer a atividade de industrialização dos tomates naquele ano. Em face disso, o produtor “A” promoveu ação de indenização contra a indústria “B”, buscando indenização pelos danos sofridos com a perda da produção, pois não teve a quem vender os tomates colhidos naquela safra. A indústria “B” contestou, aduzindo não ter assumido qualquer compromisso de adquirir a produção, tendo apenas doado sementes à “A” e para alguns produtores da região, não havendo, por isso, dever de indenizar. Isso posto, quanto à

existência ou não do dever de indenizar da indústria “B”, definir, fundamentadamente, pela procedência ou improcedência da ação indenizatória proposta.

Observação importante: a fundamentação da solução dada é extremamente importante, devendo conter, obrigatoriamente, os conceitos pertinentes devidamente explicitados.

5. Analisar as questões relacionais ou não-relacionais entre a invalidade e a eficácia dos negócios jurídicos ou atos jurídicos *stricto sensu*, explicitando as hipóteses de eficácia e ineficácia do nulo e as hipóteses de eficácia e ineficácia do anulável, discorrendo, por fim, sobre a hipótese de compra e venda a *non domino*.

6. Venda de bens de ascendentes para descendentes, sem o consentimento dos outros descendentes. Dissertar a respeito, informando se a hipótese é de validade ou invalidade, considerando a) o negócio jurídico direto entre ascendentes e descendentes e b) o negócio jurídico entre ascendentes e descendentes indireto, mediante interposta pessoa, explicitando, caso a hipótese exigir, a) o prazo, b) o termo *a quo* do prazo e c) a natureza do prazo para ajuizar a ação cabível.

Observação importante: cada afirmativa ou conclusão deverá ser, obrigatoriamente, seguida por suficiente e precisa fundamentação. Caso haja posições doutrinárias ou jurisprudenciais conflitantes sobre algum dos pontos a serem enfrentados, as mesmas devem ser expostas, filiando-se o candidato a alguma delas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

7. Considerando que o § 3º do artigo 273 do Código de Processo Civil remete a execução da tutela antecipada, no que couber, para o regime da execução provisória (art. 588, incisos II e III), indaga-se:

(a) é possível exigir-se caução para o deferimento da antecipação de tutela, apesar do citado § 3º não referir o inciso I do art. 588 do CPC?

(b) o autor que se beneficia da tutela antecipada, responde objetivamente pelos danos causados, caso a antecipação não se confirme ao final, tal qual o autor da cautelar responde por força do art. 811 do CPC?

Caso haja posições doutrinárias ou jurisprudenciais conflitantes sobre algum dos pontos a serem enfrentados, as mesmas devem ser expostas, filiando-se o candidato a alguma delas.

8. Em se tratando de relação de consumo, tem o Ministério Público legitimidade para a propositura de ação coletiva para a proteção de direitos individuais homogêneos? Caso haja posições doutrinárias ou jurisprudenciais conflitantes sobre algum dos pontos a serem enfrentados, as mesmas devem ser expostas, filiando-se o candidato a alguma delas.

9. João ingressou, em 10 de março de 1998, com ação indenizatória pelo procedimento ordinário contra o Município X. Sustentou na inicial que o Município, ao proceder a abertura de pavimentação de uma rua no ano de 1990, invadiu área de um terreno de sua propriedade, com isto praticando uma desapropriação indireta que lhe dá direito a indenização pela perda da propriedade.

Citado, o Município contestou. Primeiro promoveu a denúncia da lide da empresa Construtora Ltda. que foi a empresa responsável pela obra, eis que esta seria a responsável pelo suposto avanço na propriedade do autor. Como preliminar alegou a prescrição da ação eis que entre o fato e o ingresso da demanda teriam decorrido mais de

cinco anos. No mérito, negou que houvesse a desapropriação indireta, o que ficaria demonstrado na fase probatória.

Recebida a contestação, o julgador negou a denúncia, o que foi objeto de agravo retido interposto pelo Município.

Após a réplica, em decisão saneadora que determinou a realização da perícia, o julgador indeferiu a preliminar de prescrição. Esta decisão não foi objeto de recurso pelo Município. Transposta a fase probatória, com realização de perícia e audiência, sobreveio sentença. Nesta, o julgador, revendo a decisão saneadora, entendeu que efetivamente se dera a prescrição e, assim, julgou improcedente a demanda com base no inciso IV do art. 269 do Código de Processo Civil.

O autor João apelou alegando que não era lícito ao juiz reexaminar a matéria da prescrição pois ocorrera a preclusão em relação a ela e, no mérito, pedia que, superada a prescrição, já fosse efetivado o julgamento de mérito eis que a perícia teria sido favorável a sua tese. O Município, em contra razões, além de sustentar a tese sentencial, requereu, sucessivamente, para o caso de provimento do apelo, que fosse examinado o agravo retido quanto à denúncia da lide.

Os autos vêm para parecer do representante do Ministério Público, considerando o interesse público envolvido haja vista a presença de pessoa jurídica de direito público de existência necessária na demanda.

Considerando que se trata de exame de processo civil, na presente questão o parecer deve enfrentar as seguintes questões:

(a) era lícito ao juiz rever a decisão do saneador acerca da prescrição contra a qual não foi oposto recurso de agravo?

(b) houve prescrição da ação?

(c) se fosse constatada a inexistência de prescrição, poderia o tribunal julgar o mérito da demanda imediatamente?

(d) sendo provida a apelação seria possível prover o agravo retido por ser caso de denúncia da lide?

O parecer deve ser fundamentado, inclusive com citação dos dispositivos legais cabíveis ou enunciados de súmulas pertinentes, o que será objeto de avaliação. Caso haja posições doutrinárias ou jurisprudenciais conflitantes sobre algum dos pontos a serem enfrentados, as mesmas devem ser expostas, filiando-se o candidato a alguma delas.